

Lyndolpho Silva e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB (1954-1964)

Gleyson Nunes de Assis*

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB – foi uma organização criada em 21 setembro 1954, na cidade de São Paulo, por ocasião do evento da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e contou com o apoio do movimento sindical, dos trabalhadores agrícolas e com a ajuda dos militantes comunistas do Partido Comunista Brasileiro. O objetivo da ULTAB era organizar os trabalhadores rurais do Brasil. Os principais líderes fundadores do movimento, que tiveram renomes nacionais, foram: Geraldo Tibúrcio, Jofre Correia Neto (em São Paulo), José Porfírio (em Goiás), Lyndolpho Silva (no Rio de Janeiro), José Portela e o Jornalista Nestor Vera.

Para a Presidência da entidade que estava nascendo foi eleito Geraldo Tibúrcio, para a Secretaria Geral foi eleito José Portela e para o cargo de Primeiro-secretário elegeu-se Lyndolpho Silva. Essa organização aconteceu em meio ao ano comemorativo de 400 anos de São Paulo. Tudo era festa e esperança e os planos de concretização da ULTAB ficaram como passos futuros a serem dados pelos participantes da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

Todavia, a ligação que havia do PCB com a ULTAB surgiu num contexto de mobilização nacional dos trabalhadores “em favor do aumento do salário mínimo. Abrangendo principalmente os trabalhadores agrícolas de São Paulo e do Paraná, sua principal reivindicação era a extensão do salário mínimo ao campo”ⁱ. Com isso, o PCB reafirma que a ULTAB deveria começar os trabalhos o quanto antes. A Lyndolpho Silva foi comunicado que “deveria vir para São Paulo imediatamente, para montar a ULTAB. Isso aconteceu num dia de fevereiro de 1955”ⁱⁱ

Lyndolpho Silva como um *Homem de Partido*ⁱⁱⁱ executou de pronto a diretriz do PCB em relação ao funcionamento da ULTAB em São Paulo. Com isso, percebe-se que o trabalho era fundamental em sua vida, mesmo que isso se sobressaísse em relação às questões pessoais.

“Para ter uma idéia, estava chegando o carnaval no Rio de Janeiro e eu embarquei imediatamente. Não sabia efetivamente nem onde iria chegar. Eu achava que podia chegar no jornal *Terra Livre*, mas era carnaval e estava fechado. A minha sorte foi Henrique, um funcionário gráfico do jornal *Terra Livre*, me esperou ali na boca do

* Mestrando de História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) / Faculdade de Formação de Professores (FFP).

prédio, que era na rua Direita, 36. Recebeu-me e eu disse: — Mas, Henrique, o que nós vamos fazer? Ele respondeu: — Tu vai dormir no meu quarto.”^{IV}

Essa postura era de extrema relevância em função de um objetivo maior na luta social, mas para isso o sacrifício era grande para a militância, principalmente devido ao momento que o partido vivia internamente, e também devido ao trabalho no campo, que precisava de toda uma organização, já existente em grande parte na zona urbana. Assim, Lindolpho Silva esclarece as condições de moradia que Henrique lhe oferecia não eram das melhores, pois ele

“morava num cortiço, num porão, numa dessas casas aqui no centro [São Paulo], casas grandes divididas em quartos, onde morava muita gente. Ele me pegou e eu fui lá e fiquei morando ali com ele um tempo até criar o equilíbrio da nossa situação. Como ganhava tão pouco, fiquei morando ali muito tempo. Depois é que a gente foi aperfeiçoando mais e recorrendo mais. Tanto o Geraldo Tibúrcio como eu, como o Portela, nós vimos – e acho que de parte do partido também sentiram isso – que tinham que nos ajudar a morar numa casa. Então, eu morei na Vila Ema, em Santana, no Tucuruvi. Mais pra lá ainda, o Tibúrcio, a mulher dele e o filho moravam numa casa só e eu também fui morar lá um tempão. O Portela descobriu aí um conhecido dele e foi morar nessa casa.”^V

Essas eram as condições da presidência da ULTAB, que teve que enfrentar vários obstáculos para executar as ordens do PCB frente aos trabalhadores rurais, inicialmente de São Paulo e Paraná, mas depois se espalhou por todo o Brasil. Para esse tipo de atividade precisava-se de alicerces. Desde modo, os dirigentes buscavam suas diretrizes nas finalidades estipuladas para ULTAB, conforme encontramos no seu Estatuto no 2º artigo, que se intitula “São finalidades da ULTAB”:

- a) Organizar os pequenos e médios produtores agrícolas, bem como empregados rurais, sem distinção de cor, sexo, raça, concepções políticas, filosóficas ou religiosas, em defesa dos seus interesses e direitos;
- b) Promover e estreitar os sentimentos de fraternidade entre todos os trabalhadores;
- c) Conceder, na medida das possibilidades, assistência jurídica, médica, dentária e outras;
- d) Colaborar com os poderes públicos e com as entidades de modo geral no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural ligados aos interesses de suas filiadas e da Nação;
- e) Promover e realizar congressos e conferências. Participar, quando for do interesse da entidade, de reuniões internacionais;
- f) Divulgar por todos os meios e modos ao seu alcance, conhecimentos e ensinamentos tendentes à melhoria da prática rural;
- g) Assistir e orientar as filiadas em matéria de ordem econômica, jurídica e técnica, bem como adotar medidas no sentido de facilitar a aquisição do material necessário ao exercício das atividades rurais.^{vi}

A visão e a atuação da ULTAB fica clara nesses itens. No item *a*, evidencia-se que a instituição tem um caráter de organizar os trabalhadores em busca de seus direitos e deveres sem distinção de qualquer gênero, isso levou a uma forte mobilização e empenho dos militantes nessas organizações pelo Brasil.

No item *b*, a fraternidade e a união são fundamentais na organização, bem como a assistência necessária para a sobrevivência, conforme se elucida no item *c*. Para ULTAB não bastava só organizar e sim construir um projeto de país onde todos tenham oportunidades e direitos.

Já no item *d*, percebe-se que a ULTAB terá ou buscará ter um diálogo com poderes públicos e entidades em busca de estudos e soluções para os problemas dos trabalhadores agrícolas. Para isso, além de parceria, a ULTAB se propõe a abrir fóruns de discussões sobre a Reforma Agrária e a mobilização dos trabalhadores, com grande divulgação para todos, como registra os itens *e* e *f*, assim percebe-se como a ULTAB organizou inúmeros Congressos pelo Brasil, um dos mais importantes foi o primeiro foi o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que ocorreu entre 15 a 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte.^{vii}

Por fim, a ULTAB tem como finalidade ajudar, em tudo o que for preciso, os trabalhadores agrícolas, ou seja, em suas lutas diárias de sobrevivência, nos principais fatores de ordem econômica, jurídica e técnica. Com essa postura a visibilidade da organização e de Lyndolpho Silva, que se tornou presidente da mesma em 1959, passou a ser nacional, apesar de hoje a historiografia negligenciar tais fatos nos grandes manuais.

Também se observa que esses itens de finalidades da ULTAB, que estão em seu Estatuto, comprovam uma postura de ajuda e organização dos trabalhadores rurais, através de direitos e parceria com outras entidades, inclusive com os poderes públicos constituídos, do que uma postura radical ou extremista, como tiveram outras organizações camponesas.

Desta maneira, que a diretoria da ULTAB desenvolvia seu trabalho junto aos trabalhadores agrícolas. Assim

“a rotina daqueles três dirigentes executivos da ULTAB era feita de viagens, especialmente ao interior paulista, viagens mais baratas, que as poucas finanças permitiam. Para outros estados, o custo, muitas vezes estava acima das possibilidades. Talvez esse seja um dos motivos para a atuação da ULTAB ser tão mais acentuada naquele estado. Muitas vezes viajam apenas com o dinheiro da ida, contando, para a volta, com a solidariedade da militância de seus locais de destino. Isso quando aquela militância tinha condições de ser solidária. Algumas vezes, suas viagens tinham como objetivo *dar assistência* a militantes do partido que desenvolvessem algum tipo de trabalho no campo, dirigindo ou participando de alguma luta específica.”^{viii}

Esse início difícil para o funcionamento da ULTAB também perpassou no seu processo de legalização do seu registro como uma organização, onde se encontra um parecer da Polícia

Política querendo adotar uma providência para impedir o registro da ULTAB. Esse documento elucida todo o mapeamento de legalização desse registro:

“A criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil [ULTAB]. Aquisição de personalidade e extinção das pessoas jurídicas de direito privado: limitações decorrentes dos imperativos da ordem e paz social. Finalidade ilícita de associação manifestada antes do seu registro: omissão legal e disposições posteriores do Decreto de Lei nº 9.085, de 25/03/1946.

Prende-se o presente à solicitação do Sr. Diretor do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, no sentido de que se adotem providência para impedir o registro da “União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil”, cuja criação foi resolvida na “II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas” reunida em São Paulo, face dos antecedentes comunistas que registram seus organizadores.”^{ix}

A Polícia Política descreve, em todo o documento, sua fundamentação em argumentos legais para demonstrar que a União dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Brasil buscavam sua legalidade jurídica com objetivos ilícitos, que iriam perturbar a ordem e paz. Esse processo mostra a vigilância e o acompanhamento para os movimentos sociais em plena democracia brasileira, no entanto limitada pelo contexto histórico da Guerra Fria. Deste modo, qualquer ação de organização política e social teria que passar por uma averiguação das autoridades. No caso da ULTAB não foi diferente, já que buscou uma legitimidade jurídica. Assim, o parecer elucida o não enquadramento da instituição:

“A solução que, apesar da omissão legal, se impunha como evidente, foi adotada finalmente pelo Decreto de Lei nº 9.085, de 25/03/1946, que dispõe no seu Art. 2º o seguinte:

Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando seu objetivo ou circunstância relevante indique destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

No caso presente – considerando que não dispomos da declaração formal dos objetivos sociais da ULTAB e que está declaração, certamente, disfarçará os intuítos subversivos e de seus organizadores – devemos ater-nos aos antecedentes registrados pelos membros de sua Comissão Executiva e Conselho de Representantes para aí encontra a “circunstância relevante” que se possa opôr ao registro.”^x

Desta forma, o trecho do documento^{xi} acima demonstra a preocupação das autoridades em impedir o registro da ULTAB, já que representava um possível *perigo* eminente para a Segurança Nacional. Para isso, vão buscar nas leis a fundamentação para negar a oficialidade da organização. Desta forma, a ULTAB teve que passar por um processo árduo para sua legalização, visto também que sua ligação com PCB era algo tido como ameaçador, mesmo que oficialmente o Partido Comunista não exercesse uma função legalmente de um partido político desde 1947.

Apesar disso, o primeiro passo da ULTAB, que se pode destacar, foi a campanha de **cinco milhões de assinaturas pela reforma agrária**. Esta manifestação foi lançada na II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e obteve dimensões nacionais. Conforme relata a Polícia

Política, que acompanhava de perto o movimento, através das investigações policiais pode-se elucidar a seguinte descrição do documento datado em 15-02-1955:

“Nos derradeiros dias de Janeiro do corrente ano, a direção Nacional do PCB, por intermédio dos respectivos comitês regionais, deu início a um movimento de grande amplitude, que deverá atingir o país em todas as suas direções, e visando a articulação dos trabalhadores no campo no Brasil, segundo os chefes comunistas (...) O dito movimento, que pode ser chamado de campanha nacional dos cinco milhões de assinaturas pela Reforma Agrária, foi apresentada neste Estado nos seguintes termos: inicia-se em todo o país a grande campanha nacional por cinco milhões de assinaturas pela Reforma Agrária. A idéia do movimento nasceu na II Conferência Nacional de Lavradores e trabalhadores Agrícolas e se concretiza agora sob o patrocínio da Comissão Executiva da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). O memorial, que será distribuído pelas fazendas, vilas, sítios, granjas, estradas, todas as zonas rurais para receber assinaturas, expressa a necessidade madura e inadiável de dez milhões de trabalhadores agrícolas e lavradores que não possuem nenhuma terra, enquanto que cento e quarenta e nove mil grandes proprietários dominam dois terços da área de todas as propriedades agro-pecuárias do país (...) É um fator de confraternização com as massas do campo, que na luta pela posse da terra, necessitam de solidariedade dos trabalhadores da cidade (...)”^{xii}

Esse documento elucidava muito bem o trabalho que teria de ser feito por Lyndolpho Silva e seus companheiros junto aos trabalhadores rurais, que tinham que enfrentar o poder da concentração de terras nas mãos dos latifundiários e também o cerceamento, em muitos casos, da polícia. A partir disso, a ULTAB começa a funcionar na sede do jornal *Terra Livre*, localizada em São Paulo, na rua Direita, 36. Desta maneira, a diretoria desenvolvia o

“plano de trabalho recebendo e telefonando para o interior e para o resto do Brasil que às vezes ligava para cá para saber exatamente o que tinha que fazer com esse trabalho de organização dos camponeses. Alguns no sindicato estavam apoiados na lei que havia desde 1944, assinada pelo Presidente da República, que era o Decreto-lei nº 7.038, e tinha outros camponeses procurando saber o que poderiam fazer.”^{xiii}

Outro momento importante foi em fevereiro de 1956, no Ceará, onde se realizou um Congresso de trabalhadores rurais. Nesse encontro, as divergências entre ULTAB e as Ligas Camponesas se fizeram presentes, já que cada grupo interpretava de maneira diferente o caminho para resolver a Reforma Agrária no país. Ainda no mesmo ano, a ULTAB organizou uma das mais importantes greves do meio rural, que ocorreu em uma fazenda de café de São Paulo e o resultado foi a elevação do piso salarial dos trabalhadores.

Diante dos vários grupos de trabalhadores rurais, começam a existir olhares diferentes na mobilização desses trabalhadores perante suas reivindicações, conseqüentemente, nas suas posturas particulares para resolver o problema da Reforma Agrária no Brasil, que era o debate de grande relevância neste período histórico.

A ULTAB, por sua vez, tinha uma orientação de trabalho direcionada na haste organizacional e ideológica do PCB. Essa orientação partidária pode ser observada no trabalho

desenvolvido pela ULTAB nesse período de 1954 a 1964, demonstrada nestas palavras de Lyndolpho Silva:

“A orientação básica desse trabalho deveria ser o assalariado, aquele sem-terra. Por aí que o partido [PCB] se metia no interior dos Estados e em todo lugar. Para nosso grande conhecimento, que éramos presidentes da ULTAB, os que ocupavam com muita violência, com muita persistência, eram os chamados posseiros, que estavam sempre sendo atacados. Não era só lá no Rio de Janeiro, no interior de São Paulo também havia um número muito grande de posseiros, que davam esses problemas, porque constantemente o pretense dono tava querendo botar para fora. Muitas dessas situações se resolviam exatamente com polícia e choque violento, a coisa andava por aí. E não resolvia as coisas com muita segurança, porque embora o pretense dono fosse o mais forte, mesmo assim não era tão forte, principalmente contra aquele que já tinha muitos anos de trabalho naquela terra. Na verdade estava cumprindo o que determinava a lei que havia no país. Então, os lugares onde a organização e a luta camponesa se desenvolveram foram exatamente onde havia esse problema de luta, aquelas dos posseiros que estavam se defendendo contra o pretense proprietário.”^{xiv}

Esse era o momento de grandes mobilizações e fundamentações, principalmente em torno da Reforma Agrária Brasileira. A ULTAB posiciona-se a esse respeito no I Congresso da ULTAB, realizado de 18 a 20 de setembro de 1959, em São Paulo. Desse evento, produziu-se o Estatuto da ULTAB e uma carta da ULTAB, intitulada “Carta sobre a Reforma Agrária”, divulgando sua visão e sua postura em relação à Reforma Agrária Brasileira.

Na “Carta sobre a Reforma Agrária” discorre-se sobre a importância da Reforma Agrária para a industrialização do país e suas necessidades de maior produção de gêneros agrícolas e também como a industrialização eleva os números de pessoas nas cidades, que precisam de produção elevada de produtos alimentícios. Assim, a Reforma Agrária é imprescindível. No documento também se atesta que a Reforma Agrária é uma medida de justiça social, já que ela vai

“acabar com a injustiça constituída pelo fato de que muitos milhões de brasileiros que trabalham na lavoura não possuem nem um palmo de terra, enquanto que uma pequena minoria de parasitas, uns 30 mil grandes proprietários (com mais de 1.000 hectares cada um) possuem mais da metade de todas as terras das propriedades rurais do Brasil.”^{xv}

Com a ampliação das lutas e da organização, em dezembro de 1963, Lyndolpho Silva deixa a presidência da **ULTAB** para presidir a recém criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (**CONTAG**), que foi uma das maiores organizações dos trabalhadores rurais no país.

Todavia, após o golpe militar, em 1º de abril de 1964, o movimento social de todas as organizações dos trabalhadores rurais brasileiros foi fortemente reprimido e suas lideranças perseguidas pelo regime ditatorial, que silenciou toda a trajetória de luta de um sonho de milhões brasileiros.

Desta forma, pode-se concluir que a relevância da ULTAB na trajetória de Lyndolpho Silva refere-se ao fato de que sua militância política frente a essa organização foi de lutas e sacrifícios em prol dos direitos dos trabalhadores rurais brasileiros e, acima de tudo, em prol de uma busca incessante por uma Reforma Agrária Brasileira, garantindo, assim, uma justiça social negligenciada em um país dominado pelos latifundiários, que se perpetuam e se legitimam no poder político e econômico desse país.

Abstract

With the end of ‘The New State’ in 1945, Brazil democratized itself and people started enjoying some liberty of manifestation, organization, association, ringlets of work and possibility to choose their representatives. In this temporary context from the end of ‘The New State’ in 1945 to the Military Stroke of 1964, we are going to analyze the history of social movements of the countryside and their leaders. In this Work we analyze the performance of social movements of the countryside and their leadership in their seek for citizenship and ringlets stiu absent for the rural workers. The movement was propitious for the discussion about the importance of the Brazilian Social Reform Both in terms of social ringlets and kinds of economic development. In this work we study a politic leadership of Lyndolpho Silva.

Social Reform

Social Movements

Politic Leadership

Reforma Agrária

Movimentos Sociais

Lideranças Políticas

ⁱ “União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil” (ULTAB). In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983* Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: FGV / CPDOC: FINEP, 1984. – CPDOC, p. 5845.

ⁱⁱ CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Org.) *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004. (Série Memória & História; 4), p. 55 (*Entrevistas feitas no ano de 1995, que estão no Centro de Documentação e Memória – Cedem – em São Paulo e no Arquivo Lyndolpho Silva, no Centro de Pesquisa e Documentação Agrária – CPDA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ*).

ⁱⁱⁱ Ver Marco Aurélio Santana. *Homens Partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo - Rio de Janeiro: Boitempo – MMSD / UNIRIO, 2001. v. 1. 311 p.

^{iv} CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Org.). Op. Cit. P. 55

^v Idem, p.55

^{vi} Estatuto da ULTAB sistematizado em São Paulo, Sala das Sessões, 20 de setembro de 1959. Esse documento se encontra no Arquivo Lyndolpho Silva, no Centro de Pesquisa e Documentação Agrária – CPDA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

^{vii} Sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que ocorreu entre 15 a 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte. Haverá no capítulo seguinte desse trabalho uma discussão de maior fôlego.

^{viii} SANCHES, Luiz Elias. *Lyndolpho Silva: biografia de uma militância*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA – UFRRJ, 2000. p. 99.

^{ix} Parecer do Departamento Federal de Segurança Pública (MJNI), datado em 13 de outubro de 1954. Esse documento se encontra no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ). **Fundo:** Polícia Política; **Setor :** Estados; **Pasta:** 22/M; **Folhas:** 18 a 21

^x *Idem, idem*

^{xi} O documento aqui analisado está disponível na íntegra, em anexo nesta dissertação.

^{xii} Relatório de assuntos indexados em microfilmes do *Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ)*. Fundo DPS. Série “fichas Verdes”, microfilme 033.

^{xiii} CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Org.). *Op. cit.*, p. 56

^{xiv} *Idem, idem*

^{xv} “Carta sobre a Reforma Agrária” sistematizada em São Paulo, Sala das Sessões, 20 de setembro de 1959. Esse documento se encontra no Arquivo Lyndolpho Silva, no Centro de Pesquisa e Documentação Agrária – CPDA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.